

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2005.

O Município de **NOVO HORIZONTE - SC**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com endereço à Rua José Fabro, sn, nesta Cidade de Novo Horizonte, CGC/MF nº 95.990.115/0001-87, doravante denominado Município, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELI MARIOTT**, e **A. D. SUPERMERCADO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.671.423/0001-94, com endereço na Avenida Brasil, 1054, Centro, Cidade de São Lourenço D'Oeste, SC, de comum acordo e com amparo no art. 65, I, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2006, o que fazem de conformidade com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo quantitativo no valor de R\$ 1.696,22 (mil seiscentos e noventa e seis reais e vinte dois centavos) ao contrato administrativo 006/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais condições e disposições do contrato ora aditado.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Novo Horizonte, em 15 de março de 2005.

Eli Mariott
Prefeito Municipal

A. D. SUPERMERCADO LTDA
Contratado

Testemunhas – 1 _____ 2 _____

JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2005.

O presente termo aditivo é celebrado com fundamento no art. 65, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com suas atualizações e nos fatos abaixo mencionados.

Considerando que o dispositivo supramencionado permite a prorrogação dos contratos de fornecimento de mercadorias quando o acréscimo é quantitativo e de execução continuada, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

Considerando que os valores são os mesmos praticados, portanto vinculado a melhor proposta apresentada no respectivo certame licitatório, obedecendo ao princípio da economicidade;

Com muita propriedade, Antônio Roque Citadini, comenta que: “nas contratações de serviços que tenham característica de execução continuada, a lei mantém o prazo máximo de 5 (cinco) anos, dispondo que o prazo deverá estar vinculado à melhor proposta”. (Antônio Roque Citadini – **Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas** – 2^a. ed. Atual. e ampl., Max Limonad. São Paulo: 1997, p. 354)

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União assim decidiu:

Prorrogação de contrato. Serviços contínuos. Lei 8.883/94. Aplicabilidade. Por expressa autorização do art. 121 da lei 8.883/94, a nova redação do art. 57,II, é aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos pactuados sob a égide do Dec. Lei nº 2.300/86 e da Lei 8.666/93 devendo tão somente, ser observa de sua duração ser dimensionada de forma a obter condições e preços mais vantajosos para a administração. (TCU, TC-23.345/94-2, Min. Adhemar Paladini Ghisi, 02/08/95, BLC, out./95, p. 505).

Face ao exposto, Celebra-se o presente Termo Aditivo por atender aos preceitos legais pátrios.

Novo Horizonte, SC, 15 de março de 2005.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal